

Combater o Vírus, sim. Agravar a exploração, não. O vírus pode matar e é preciso evitar a sua propagação e defender todas as vidas, mas não podemos esquecer aqueles que têm a sua vida em risco de ser destruída porque perderam o emprego, o seu salário, perderam direitos individuais e colectivos.

Sempre com a justificação do surto epidémico, as últimas semanas dão um perigoso sinal de até onde sectores patronais estão dispostos a ir espezinhando os direitos dos trabalhadores, transformando as relações laborais numa verdadeira “lei da selva”.

Os atropelos aos direitos e as arbitrariedades multiplicam-se.

- **Despedimentos de milhares de trabalhadores**, de que são particular exemplo os que têm vínculos precários, nomeadamente as Empresas de Trabalho Temporário e trabalhadores em período experimental;
- Colocação de trabalhadores em **férias forçadas**;
- **Alteração unilateral de horários**, com o seu prolongamento, muitas vezes até à exaustão;
- **Redução de rendimentos** por via do Lay-off e também pelo corte de prémios e subsídios, designadamente a quem é colocado em teletrabalho;
- **Recusa** do exercício dos **direitos parentais**;
- **Incumprimento das regras de higiene, saúde e segurança no trabalho** que, nesta fase por maioria de razão, têm de ser rigorosamente respeitadas.

Exemplos que ilustram a ofensiva em curso contra os trabalhadores, os seus salários, os seus direitos e o seu emprego.

Uma ofensiva sustentada na chantagem, na ameaça e na coação sobre trabalhadores, que invade também o campo da liberdade de acção sindical.

Num quadro marcado por uma redução significativa da actividade económica, a redução de salários e direitos acrescentará, com a perda de poder de compra, uma retracção do mercado interno que levará a uma dinâmica recessiva que querem fazer cair sobre o povo e o país e que é preciso combater. O que se impõe é defender e valorizar os direitos e os salários dos trabalhadores para aumentar o poder de compra, porque é assim que se combatem os quadros recessivos e se promove o emprego e o desenvolvimento.

Não aos milhões para o grande capital

Para o grande capital, para a banca, vão verbas sem fim, desde os 850 milhões de euros para o Novo Banco (controlado por um fundo americano), às centenas de milhares de euros entregues através de lay-off a multinacionais que têm elevados lucros. Para os trabalhadores, a resposta é sempre tentar cortes nos salários e nos direitos, ao passo que a renda da casa e outras despesas não entram em Lay-off. Não pode ser!

Impõe-se a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

O País precisa de uma política que garanta e valorize os salários, que assegure a estabilidade no emprego e elimine a precariedade, que combata o desemprego, assegure a redução do horário de trabalho e a sua compatibilização com a vida familiar. Neste contexto, será necessário, designadamente um ambicioso programa e ampliação e reforço do emprego público.

No imediato é necessário assegurar o pagamento dos salários por inteiro a todos os trabalhadores (recorrendo a um fundo público quando necessário), proibir os despedimentos, alargar os apoios sociais, garantir a protecção e defesa da saúde dos milhares de trabalhadores que asseguram funções essenciais.

Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP, na apresentação do Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP sobre a situação actual, 28 de Abril de 2020

O **defende e propõe!**

- **Proibição dos despedimentos** no período em que durar o surto epidémico de trabalhadores com vínculo efectivo ou de trabalhadores com vínculo precário, entre os quais os recibos verdes.
- **Pagamento integral dos salários** aos trabalhadores, em situação de paragem forçada, sem sobrecarregar a Segurança Social.
- **Cumprimento das regras de higiene, saúde e segurança no trabalho.**
- **Remuneração a 100%** para todos os trabalhadores, incluindo o subsídio de refeição.
- **Tornar ilícitos e revogáveis os atropelos à legislação laboral** e à contratação colectiva.
- **Aplicação imediata do subsídio de insalubridade, penosidade e risco** a todos os trabalhadores dos vários sectores privados e da Administração Pública que exercem **funções de risco**.
- **Adopção de uma medida extraordinária de apoio** a quem ficou sem qualquer rendimento.
- **Aumento geral de salários e a valorização das carreiras e profissões**, bem como a revogação das normas gravosas da legislação laboral e em particular da caducidade da contratação colectiva e da reposição do princípio do tratamento mais favorável.

São medidas imediatas de valorização do trabalho e dos trabalhadores, que se impõem, no quadro da política patriótica e de esquerda que, assumindo a ruptura com anos de política de exploração e empobrecimento, dá resposta aos problemas do país.